

LINGUAGEM COMO PRÁTICA SOCIAL

André Ricardo N. Martins

Abstract

This paper discusses the role of language as social practice. It shows how the introduction of ideology in the study of language has changed the focus on language in recent years. It analyses the specific contribution of Critical Discourse Analysis to the study of language and its relation to social reality. Special attention is given to the relation among language, mass media and democracy.

Key words: *Critical discourse analysis, language, ideology, mass media, democracy.*

1. INTRODUÇÃO

Até meados do século XX, a lingüística preocupava-se quase exclusivamente com a linguagem na perspectiva de sistema à parte da realidade social.¹ O grande foco era sobre o mecanismo vivo que permite aos seres humanos comunicarem-se entre si. Paralelamente ao surgimento e fortalecimento das ciências sociais entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, a lingüística começa a incorporar a noção de que a linguagem é eminentemente uma instituição social, o que gera diversas implicações.

Nos últimos anos, a lingüística em alguns de seus desdobramentos passou a examinar também a relação dialética entre linguagem e sociedade. Pesquisadores(as) começaram a se interessar pela forma como uma influencia a outra, a medida em que o faz e como a primeira constitui a realidade social. A adoção da categoria de discurso lançou luz sobre a forma como a linguagem pode incorporar e produzir representações e imagens da realidade. Também o fenômeno da mídia a partir da segunda

¹ Uma versão deste artigo foi apresentada no *Ciclo de Palestras sobre Linguagem e Ideologia*, realizado na Universidade de Brasília, de agosto a setembro de 2002.

metade do século XX fez crescer o interesse pela perspectiva do discurso que é veiculado pelos meios de massa e como o discurso midiático constrói a realidade social.

Neste artigo, mostramos como a introdução da categoria de ideologia mudou a perspectiva nos estudos da linguagem, incorporando questões relacionadas a poder e ao processo histórico. Vemos ainda que tão revolucionário quanto a introdução da categoria ideologia nos estudos sobre a linguagem foi a perspectiva trazida pela análise de discurso crítica (ADC).

A par disso, defendemos aqui a ADC como um método especial para se estudar os fenômenos relacionados às instituições da mídia pela atenção dedicada ao discurso e a relevância que este tem no interior dos meios de massa e pelo arcabouço teórico de que lança mão a ADC, em especial, a abordagem transdisciplinar e o enfoque dado a questões de poder e ideologia. Por último, analisamos a relação entre linguagem, mídia e democracia. Notamos a relevância do enfoque nessas três perspectivas como uma forma de se compreender e de propor uma atuação relevante na realidade social, em especial em contextos como o da sociedade brasileira, pressupondo uma opção em favor da distribuição de poder para segmentos desfavorecidos da população.

2. OS LINGÜISTAS DESCOBREM A IDEOLOGIA

Da antigüidade clássica grega até meados do século XX, os estudos da linguagem acumularam mais de dois milênios de discussão e investigação do potencial eminentemente singular que distingue os seres humanos das demais criaturas, a capacidade de pensar e expressar o pensamento por meio da fala.

Daquela época até o século XIX, basicamente, o grande foco de interesse nos estudos lingüísticos foi centrado no estudo da gramática específica de cada língua. Os gregos, particularmente, interessaram-se pela identificação das classes de palavras, pela relação nome/objeto e pela aplicação prática desses conhecimentos na arte de bem falar em público e ter influência junto às pessoas.

Uma nova lingüística começa a despontar na virada do século XIX. Como um contraponto às descobertas recentes no terreno abrangente das

ciência sociais e, deixando de lado o viés normativista que caracterizava a lingüística até então, os/as pesquisadores(as) da linguagem passaram a se interessar pela descrição dos fatos da língua, com base em um arcabouço teórico que primava pela objetividade científica.

No interior da lingüística, novos focos de interesse começam a distinguir-se. Alguns trabalhos passaram a se dedicar ao estudo específico dos sons da língua, a variabilidade desse fenômeno, outros dedicaram-se ao exame do significado, outros ainda passaram a examinar as construções possíveis numa determinada língua. Desde então uma profusão de novas áreas e dentro dessas, enfoques distintos têm surgido, o que evidencia a complexidade do fenômeno da linguagem. Em grande medida, esses estudos têm produzido teorias como o estruturalismo, o funcionalismo e o gerativismo.

Um desdobramento notável começa a se delinear a partir dos anos 50 e se firma com segurança nos anos 60 que é o enfoque da linguagem sob a perspectiva do discurso.

Em vez de se ater ao estudo de partes menores da língua como a palavra, o fonema e o morfema, ou a frase, alguns lingüistas passam a valorizar o exame da língua em sua estrutura mais ampla, o discurso. Em paralelo com a análise do discurso, outros enfoques no campo da lingüística prestigiam os fatos da língua em sua prática real. Daí, surgem perspectivas tais como a pragmática e a sociolingüística.

De sua parte, quem trabalha com análise do discurso passa a incorporar junto com o conceito de discurso, a categoria ideologia. Ao fazê-lo, os estudos lingüísticos dão um salto significativo, trazendo para o dia-a-dia dos estudos sobre os fenômenos da linguagem a perspectiva da história, das relações de poder e das visões de mundo, de sujeito e identidade e as representações que são construídas pela linguagem e que interferem na produção e reprodução da realidade social.

I. Magalhães (2000), ao apontar a contribuição do lingüista russo Mikhail Bakhtin para o desenvolvimento da lingüística, debita ao mesmo a perspectiva de que a ideologia está inextrincavelmente ligada à materialidade lingüística, do que deve-se deduzir que a linguagem não pode ser apartada de sua base material. Não sendo algo à parte da sociedade, é antes uma realidade que também a constrói. A autora cita Bakhtin:

“As formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece” (id.:79)

Nos anos de 1990, J. B. Thompson caracterizou a ideologia como “sentido a serviço do poder”. Segundo ele, “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (id.:76). A lingüística interessa-se particularmente em examinar como a ideologia opera por meio da linguagem e de que modo essas operações atuam na constituição dos sujeitos sociais. Thompson mesmo identificou cinco modos de operação da ideologia: a legitimação, a dissimulação, a unificação, a fragmentação e a reificação. Esses modos por sua vez desdobrariam-se em diversas estratégias de construção simbólica.

Ainda mais recentemente, T. A. van Dijk (1998) trouxe nova contribuição para o estudo da ideologia. Segundo ele, as ideologias devem ser vistas como a base das representações sociais partilhadas por membros de um grupo. “As ideologias operam assim tanto no nível mais amplo, global, da estrutura social, por exemplo como o ‘monitor’ socialmente partilhado de competição social, conflito, luta e desigualdade como no nível local de práticas sociais situadas no dia-a-dia” (id.: 22) Para evitar visões reducionistas no estudo da questão van Dijk propõe uma abordagem multidisciplinar que leve em conta o triângulo: cognição (social), sociedade e discurso. Outro aspecto relevante dessa abordagem é o fato de considerar as ideologias tanto como mentais como sociais, sendo que essas propriedades mentais são socialmente adquiridas, partilhadas e modificadas.

3. O CONCEITO DE DISCURSO E A ADC

O estudo da linguagem na perspectiva do discurso ensejou o aparecimento de perspectivas específicas no campo da lingüística. I. Magalhães (2000) mostra como que, alinhando-se a uma tradição de estudos que dialoga com as teorias do materialismo histórico, da lingüística e do discurso, a escola francesa de análise do discurso – representada por M. Pêcheux e em grande parte influenciada pelo trabalho de L. Althusser – prioriza “o papel da linguagem e das representações imaginárias na reprodução da desigualdade entre as classes sociais”(id.:81).

Já a escola britânica – representada por N. Fairclough, e em grande medida influenciada pelos estudos de M. Foucault e A. Gramsci – é apoiada sobre três tradições analíticas a saber, a análise lingüística e textual detalhada, a análise macrosociológica referente às estruturas sociais e a análise microsociológica ou interpretativa. Essa perspectiva valoriza o papel do discurso na reprodução social e a possibilidade de transformação social pela intervenção do discurso.

A análise de discurso crítica, defendida por Fairclough, incorpora nos estudos sobre a linguagem e o discurso categorias como ideologia, sujeito, a crítica a concepções estanques da realidade social, a análise das práticas discursivas, os gêneros e o funcionamento do discurso entre outras. O discurso seria “a linguagem como forma de prática social”. Segundo ele, várias implicações derivam daí: o discurso figura tanto como modo de ação, quanto como modo de representação; existe uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, entre a prática social e a estrutura social – a última é condição e efeito da primeira; também o discurso contribui para construir as chamadas ‘identidades sociais’ e ‘posições de sujeito’, as relações sociais entre as pessoas e os sistemas de conhecimento e crença.

O processo discursivo envolve o que se chama prática discursiva, sendo que esta abrange processos de produção, distribuição e consumo textual. Envolve também a prática social – o conjunto das práticas que subjazem aos eventos discursivos e que engendram questões como relações de poder, ideologia e estrutura social. A prática discursiva é uma forma particular da prática social, sendo esta uma dimensão do evento discursivo, assim como o texto.

L. Chouliaraki e N. Fairclough (1999) discutem o impacto da modernidade tardia sobre a compreensão do discurso. Entre outros aspectos, eles destacam na conjuntura contemporânea, caracterizada por mudanças econômicas, sociais e culturais o fato de que as mudanças “existem tanto como discursos tanto como processos que estão ocorrendo fora do discurso e que os processos que estão ocorrendo fora do discurso são substantivamente formados por esses discursos” (id.: 4).

Os autores rejeitam a noção idealista que reduz a vida social ao discurso e retomam a visão de Harvey quanto à rearticulação de discurs-

tos e à intertextualidade. Segundo os autores, na perspectiva de Harvey, o discurso seria um momento² da realidade social entre outros, quais sejam, relações sociais, poder, práticas sociais, crenças/valores/desejos e instituições/rituais.

Num artigo em que discute o caráter multidisciplinar da ADC, van Dijk (2000) argumenta em favor de uma perspectiva sócio-cognitiva na análise dos fenômenos da linguagem. Segundo ele, o/a analista deve atentar para o contexto como uma forma de modelo mental de uma situação comunicativa. “Modelos de contexto permitem-nos explicar o que é relevante à situação social para os participantes do discurso(id.:109)”. Sendo, assim, uma teoria do contexto provê uma teoria da relevância. Nessa visão, os discursos figuram à semelhança de um *iceberg*, apenas algumas formas específicas de conhecimento são expressas, afora isso, uma parte imensa de conhecimento pressuposto compõe o lugar comum sociocultural partilhado. Ele conclui, defendendo a análise do discurso como análise cognitiva, social e política.

R. Wodak (2000), num trabalho em que analisa a recontextualização e a transformação de sentidos, observa que “o objetivo da ADC é mostrar a interação complexa e dialética de linguagem e prática social nos vários níveis distintos” (id.: 187). A autora argumenta em favor da interdisciplinariedade, do princípio da triangulação como método de investigação que busca uma diversidade nos dados e nas informações que alimentam a análise e da relevância para a análise de aspectos semióticos e das dimensões histórica, política, sociológica e psicológica. “Mediante práticas discursivas, os atores sociais constituem o conhecimento, situações, papéis sociais tanto quanto identidades e relações interpessoais entre os vários grupos sociais em ação”(id.:189).

Wodak também propõe que a pesquisa em ADC seja multitéórica e multimetódica, crítica e auto-reflexiva. O/A analista em todo o tempo deve tentar fazer escolhas e torná-las transparentes, bem como deverá buscar

² Tenho preferido usar o termo ‘dimensão’ em vez de ‘momento’, uma vez que ‘momento’ traz consigo um sentido temporal. Já ‘dimensão’ permite o entendimento de cada uma daquelas realidades como ocorrendo em paralelo ou simultaneamente à manifestação de outras.

justificá-las teoricamente uma vez que algumas interpretações de eventos discursivos parecerão mais válidas que outras.

4. A ADC COMO INSTRUMENTO PARA SE ESTUDAR A MÍDIA

O século XX trouxe uma série de mudanças no campo das comunicações, talvez só comparáveis ao impacto gerado pela invenção da prensa de Gutemberg no alvorecer da Idade Moderna. Aperfeiçoamentos tecnológicos, a crescente dependência da sociedade e dos governos em relação aos meios de massa, a complexidade dos sistemas sociais e a especialização das empresas de comunicação levaram a transformações notáveis no mundo em que vivemos.

Thompson (1998) aponta três tendências no mundo da mídia: 1) a transformação das instituições da mídia em interesses comerciais de grande escala; 2) a globalização da comunicação; 3) o desenvolvimento das formas de comunicação eletronicamente mediadas. Essas tendências, penso, se impõem paralelas a outras implicações e desdobramentos como o tipo de interação trazido pelos meios de massa entre estes e a sociedade; a visibilidade que os meios trouxeram aos governantes, agentes públicos, pessoas da elite e personalidades com um grau de projeção social; a transformação no campo da publicidade e o peso que esta passou a desempenhar no dia-a-dia das pessoas, o que se pode notar pelo privilegiado papel das instituições midiáticas na produção e na reprodução de visões de mundo e de interpretações dos fatos políticos, o que para alguns configura-se como um verdadeiro monopólio da mídia.

No estudo da mídia, compreendidas como um conjunto de instituições sociais produtoras e veiculadoras de sentidos, vale examinar a tensão existente entre uma perspectiva que enfatiza a dominação, o monopólio na explicação e interpretação do mundo e outra que enxerga um processo mais complexo de apropriação dos sentidos veiculados pela mídia.

Este processo abrange três aspectos: o contexto de recepção e os recursos dos receptores, a acentuação do distanciamento simbólico dos contextos da vida cotidiana e a apropriação e a vinculação dos produtos da mídia a tensões e conflitos sociais. O primeiro aspecto enfatiza que as possibilidades de interpretação, seus impactos e efeitos dependerão não

apenas do contexto em que a recepção está sendo dada como dos recursos – nível de instrução, vinculação ideológica, social, religiosa, faixa etária, experiências de vida etc. – de que dispõem os receptores para interpretar o que está sendo veiculado.

O segundo aspecto enfoca como, nas sociedades modernas, o uso massivo dos meios de massa levou as pessoas a se identificarem por meio do compartilhamento comum das experiências. Ao tempo que aproxima, os meios também afastam as pessoas. A vivência do cotidiano cria uma ilusão da realidade, mas é eminentemente virtual. Já o terceiro mostra como as instituições da mídia e seus produtos tornam-se um local de disputa por espaço e veiculação de sentidos, em especial vinculada a tensões e conflitos sociais.

No Brasil e no mundo, lingüistas e mesmos pesquisadores(as) de outras áreas têm se voltado para a ADC, usando-a como instrumental teórico e metodológico para o exame de diversas situações em que o discurso desempenha papel considerável, em especial, conjunturas em que relações assimétricas de poder vão possibilitar usos específicos da linguagem. Esses são alguns dos temas que têm sido examinados: relações de gênero, interação professor/aluno, interação médico-paciente, relações inter-étnicas, abordagem de grupos minoritários numa sociedade hostil.

Nesse sentido, o discurso da mídia representa um promissor filão de estudos e análises dentro desse vasto campo de investigação que os/as analistas do discurso têm desbravado nos últimos anos, seja pelo papel quase onipresente que a mídia desempenha nas sociedades contemporâneas, seja pela contribuição específica e singular que a ADC tem a fazer na compreensão de fenômenos que abarcam tanto a linguagem quanto a mídia e seus produtos.

A ADC volta-se para o estudo da mídia como mais uma contribuição dentro de uma abordagem multidisciplinar que prioriza o processo discursivo que atravessa as instituições midiáticas. Processo esse que não inclui apenas texto. Chouliaraki e Fairclough (1999) defendem uma concepção bem abrangente de discurso na qual estão incluídas a linguagem, a comunicação não-verbal e imagens visuais. Segundo eles, “o conceito de discurso pode ser entendido como uma perspectiva particular sobre estas várias formas de semiose – ele as vê como momentos das

práticas sociais em sua articulação com outros momentos não-discursivos (id.: 38).

5. LINGUAGEM, MÍDIA E DEMOCRACIA

Pôr a linguagem a serviço da democracia. Essa perspectiva engajada é compromisso básico defendido por muitos(as) analistas do discurso. Para Henry Widdowson (2000), a ADC pressupõe uma posição política. Na defesa dessa posição, ele cita Caldas-Coulthard e Coulthard (1996:xi):

A Análise de Discurso Crítica é essencialmente política no propósito de seus praticantes agirem no mundo para transformá-lo e desse modo ajudarem a criar um mundo em que as pessoas não são discriminadas em razão de sexo, credo, idade ou classe social.

Também Chouliaraki e Fairclough (1999) defendem esse caráter político no trabalho do(a) analista do discurso. Segundo os autores, a ADC tem tudo a ver com a democracia, já que seu propósito

é submeter ao controle democrático aspectos do uso social contemporâneo da linguagem que estão freqüentemente de fora do controle democrático(...) debater a linguagem não apenas no espaço público das universidades, mas também, dentro do diálogo através dos espaços públicos (id.9).

Sendo assim, levantar questões relacionadas à linguagem, ao discurso e à sociedade deve pressupor necessariamente uma discussão a respeito da democracia. Em sua *Crítica da modernidade* (1999), Alain Touraine analisa a formação do conceito de democracia, mostrando como este evoluiu de um conteúdo inicial ligado à luta contra o regime monárquico que ensejava a defesa da soberania popular frente à restrição de direitos como a hereditariedade, o direito divino e uma série de privilégios para a Coroa e para corte em sua volta.

Aos poucos, o conceito de democracia foi evoluindo para a defesa dos direitos do sujeito frente a sistemas e mecanismos de opressão. Democracia, portanto, deve ser expressão política do Sujeito. Para Touraine, democracia é “o regime político que permite aos atores sociais formar-se e agir

livremente”(id.:345). Ele defende três princípios constitutivos na ordem das instituições políticas que identificariam um regime democrático. Princípios esses que figuram como balizadores a firmar um entendimento fundamental em torno dessa categoria política. Esses princípios são os seguintes: “o reconhecimento dos *direitos fundamentais*, que o poder deve respeitar; a *representatividade social* dos dirigentes e da sua política; a consciência de *cidadania*, do fato de pertencer a uma coletividade fundada sobre o direito.” (Id.: 345)³

Trabalhando com a teoria da democracia de Jurgen Habermas, Touraine discute o papel do acordo, do consenso como pré-requisitos para o surgimento e a manutenção do regime democrático. Afastado o risco de se cair num racionalismo autoritário a destruir tudo o que soa como irracional, é preciso voltar-se para a defesa de um projeto estratégico de democracia que combine e integre valores como tolerância e consenso.

Devemos aceitar que não há democracia sem cidadania, e não há cidadania sem acordo, não apenas sobre procedimentos e instituições, mas também sobre conteúdos. (Id.: 355)

Para Touraine, “a democratização é a subjetivação da vida política”(id.: 366). Ou seja, seu conteúdo deve permitir a expressão do sujeito e seus interesses. A administração dos conflitos sociais, numa democracia, há que ser limitada ao máximo por valores. Nesse sentido, argumenta, a democracia deve possuir um conteúdo não apenas político, mas também cultural.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob essa perspectiva e voltando a discussão para o contexto brasileiro, deve-se atentar para o fato de que o país pode ser entendido como um mosaico de culturas, dialetos e manifestações políticas e religiosas em convivência em grande medida pacífica entre si. Pacífica mas não igualitária, isto é, nem todos os segmentos sociais gozam dos mesmos benefícios a que grande parte da população tem acesso.

³ Grifos do autor.

Dentro do que nos cabe discutir neste trabalho, chamamos a atenção para a diversidade étnica e para a diversidade dos falares. Nesse aspecto, a afirmação democrática referente a uma política linguística deve assegurar tratamento respeitoso às distintas variantes do português padrão, em especial, aquelas que sofrem uma discriminação⁴ sórdida e contínua por parte de segmentos da elite com o concurso devastador dos meios de massa. Trata-se de um engajamento ideológico que faz um recorte reducionista e elitizado do fenômeno da linguagem. Além disso, os diversos governos e casas legislativas devem assegurar uma política educacional e cultural que venha a abarcar as diversas manifestações do português e no que diz respeito aos povos indígenas, a garantia do ensino oficial da língua materna para as crianças da comunidade.

O combate à discriminação do tipo racial e linguística deve levar em conta a representação que é produzida e veiculada pelos meios de massa. É preciso desenvolver uma consciência que a reprodução de tais modelos não é condizente com a plenitude democrática pelo simples fato de que promove de forma velada ou mesmo explícita a exclusão social.

Em 2002, o Senado brasileiro discutiu em audiência pública projeto surgido na Câmara dos Deputados que propugna pela “defesa da língua pátria”. No limite, o autor propõe sanções para o uso de termos estrangeiros – em que haja correspondente na língua portuguesa – no discurso dos meios de massa, publicidade, nomes de empresas e negócios e documentos oficiais. A versão do relator na Comissão de Educação – ouvidos representantes da sociedade – trouxe uma proposta mais branda, apoiada no reconhecimento do direito da população brasileira de ter acesso, ao lado do termo ou expressão em língua estrangeira, ao devido correspondente no vernáculo.

⁴ O lingüista Marcos Bagno, da Universidade de Brasília, vem pesquisando esse tipo específico de preconceito que marginaliza parcelas expressivas da população brasileira. Cito em especial o livro *Preconceito lingüístico; o que é, como se faz*. (São Paulo: Loyola, 1999) e o mais recente, *A norma oculta* (São Paulo: Parábola editorial, 2003). É muito interessante observar o exame que o autor faz dos mecanismos de desqualificação de variantes não-padrão do português brasileiro veiculados, em especial nos meios de massa, por ‘especialistas’, defensores ardorosos da norma padrão da língua portuguesa falada no Brasil.

Penso que tal solução é bem mais palatável do que a proposta original, embora não toque num aspecto que permeia a realidade brasileira, qual seja, diante da diversidade dos falares no país e da expressiva parcela de brasileiros sem acesso à instrução mínima a legislação aprovada será ainda de pouco proveito. Sendo assim, um projeto de democratização sério, relevante e abrangente há que abarcar necessariamente ações no campo da política linguística e no apoio aos diversos letramentos, incluso aí o terreno das novas tecnologias, em especial a internet e outros recursos da comunicação.

Ainda no campo da lingüística, democratizar os meios de massa implica em considerar que o discurso da mídia deve forçosamente abrir-se para as contribuições de grupos minoritários, isto é, as minorias devem ter acesso ao discurso e serem representadas de forma igualitária, excluídos preconceitos e deturpações convenientes a grupos de interesse. Isso significa que – diante de uma política editorial que tem na busca desenfreada pelo lucro um dos sustentáculos do jornalismo e dos demais produtos da mídia – também nesse ponto os princípios da democracia deverão prevalecer: respeitar a decisão e os anseios da maioria, vigiar a atuação de agentes públicos e de serviços voltados para a sociedade, garantir espaço e consideração às minorias; excluir do discurso visões distorcidas da realidade, expressões pejorativas e discriminatórias; primar pela diversidade de opiniões e respeitar códigos de conduta no exercício profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Chouliaraki, L. & N. Fairclough *Discourse in late modernity; rethinking critical discourse analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press. 1999.
- Caldas-Coulthard, C. R. & Coulthard, M (eds.) *Texts and practices*. Londres e Nova York: Routledge, 1996.
- Van Dijk, T. A. *Ideology: a multidisciplinary approach*. Londres: Sage, 1998.
- . Multidisciplinary CDA: a plea for diversity. In: R. Wodak & M. Meyer (eds.) *Methods of critical discourse analysis*. Londres: Sage, 2001. p. 95-120.
- Fairclough, N. *Discurso e mudança social*. Trad. I. Magalhães et. al. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.

Magalhães, I. *Eu e tu: a constituição do sujeito no discurso médico*. Brasília: Thesaurus, 2000.

Thompson, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes. 1998.

Touraine, A. *Crítica da modernidade*. Trad. E. F. Edel. Petrópolis: Vozes. 1999.

Wodak, R. Recontextualization and the transformation of meanings: a critical discourse analysis of decision making in EU meetings about employment policies. In: S. Sarangi & M. Coulthard (eds.) *Discourse and social life*. Harlow: Pearson Education Limited, 2000, p. 185-206.

Widdowson, H. Critical practices: on representation and the interpretation of text In: S. Sarangi & M. Coulthard (eds.) *Discourse and social life*. Harlow: Pearson Education Limited, 2000, p. 155-169.